

Documentação
 A crítica
 28/11/96 Pg. C13
 com D. K. S. S. S.

Manaus, quinta-feira, 28 de novembro de 1996

GERAL

a crítica C13

Seminário sobre Amazônia é criticado

Defensores do meio ambiente condenam a realização de seminário internacional que discutiu presença humana em áreas de conservação

Antônio Menezes — 23/abr/95

BRASÍLIA (AJB) — Ambientalistas reagem contra a realização do Seminário Internacional da Presença Humana em Unidades de Conservação, ocorrido em Brasília terça-feira e ontem, e aumentam as dúvidas sobre o futuro das populações tradicionais da região amazônica, habitantes há centenas de anos de áreas que hoje são de preservação ambiental.

O seminário, realizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, resultou em propostas de atuação conjunta entre órgãos do governo e organizações não-governamentais (ONGs), no sentido de tornar compatíveis a ocupação humana, principalmente das comunidades tradicionais, e a preservação dos recursos naturais em reservas ecológicas.

Os participantes do seminário debateram, entre outros assuntos, o projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tramita há anos na Câmara. O substitutivo do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) ao texto original do secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo, Fábio Feldman, está em fase final de aprovação na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

A proposta de Gabeira recebeu 104 emendas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e deve ir à votação em breve, segundo o presidente da comissão, deputado Gilney Viana (PT-MT). As principais mo-

104

é o número de emendas que o Ibama propôs ao projeto de Gabeira sobre meio ambiente

dificações enfatizam o caráter preservacionista do projeto.

A Rede Pró-Unidades de Conservação, composta por diversas ONGs ligadas à questão ambiental, como a Fundação O Boticário e a Funatura - com importante atuação no Centro-Oeste -, distribuiu na abertura do seminário

um manifesto no qual acusa os organizadores de indução ao tema da presença humana nas áreas de preservação ambiental.

As organizações ligadas à rede são contra a interferência humana em unidades de conservação (UCs) e defendem a retirada dos habitantes, mesmo quando se tratar de populações tradicionais.

Fernando Gabeira disse que procurou afastar de seu relatório todos os extremos. "Não proponho nem o antropocentrismo radical, que defende o interesse do homem acima de tudo, nem a tese de que é necessário afastar a presença humana", afirmou o deputado. O substitutivo de Gabeira prevê o deslocamento, a relocação e acordos com moradores de UCs, quando não forem populações tradicionais.

"As reservas preservadas são as que têm habitantes tradicionais, as outras sofreram depredação", disse o diretor do Departamento de Unidades de Conservação do Ibama, Gilberto Sales. A região amazônica é historicamente ocupada por índios, ribeirinhos, seringueiros e outras populações extrativistas, que ao longo dos anos não causaram impacto ambiental significativo, segundo estudos do Centro de Populações Tradicionais do Ibama.



Ribeirinhos são um exemplo de ocupantes da Amazônia que não prejudicam o meio ambiente